



UFSM

Artigo Monográfico de Especialização

**A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS
NA AULA DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

Maria Cristina Dornelles Kirinus

Santa Maria, RS, Brasil

2010

**A Inclusão de Alunos com Necessidades Especiais
na Aula de Educação Física**

por

Maria Cristina Dornelles Kirinus

Artigo apresentado no Curso de Especialização em Educação Especial –
Déficit Cognitivo e Educação de Surdos, do Centro de Educação da Universidade
Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Educação Especial.

Prof^a. Ms. Clarissa da Silva Oliveira

Orientadora

Santa Maria, RS, Brasil

2010

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Especialização em Educação Especial - Déficit Cognitivo e Educação de
Surdos

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo Monográfico de
Especialização

A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS
NA AULA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

elaborado por

Maria Cristina Dornelles Kirinus

como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de Surdos

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof^a. Esp. Clarissa da Silva Oliveira
(Presidente/Orientador)

Prof.^a Renata Corcini Carvalho Canabarro

Prof^a. Ms. Rosana Estela Copetti

Santa Maria, RS, Brasil

2010

RESUMO

Artigo de Especialização
Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e
Educação de Surdos
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NA AULA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

AUTOR: Maria Cristina Dornelles Kirinus
ORIENTADOR: Prof^a. Esp. Clarissa da Silva Oliveira
Santa Maria, ____ de _____ de 2010

A Educação Física é uma área do conhecimento que faz parte do currículo escolar, e como tal não poderá estar à margem das políticas nacionais de educação. Propõe-se, portanto nesse estudo abordar a temática da inclusão de alunos com necessidades especiais na aula de educação física, onde possam ser desenvolvidos e assimilados conteúdos, de forma que o aluno construa seu conhecimento de corpo e movimento, proporcionando-lhe dessa forma, autonomia, prazer e socialização conforme suas limitações, dentro de uma prática consciente. Ressalta-se que é necessário ao professor de educação física o preparo adequado para que possa colaborar de maneira eficiente e segura com o processo de inclusão pretendido pela educação.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Necessidades Especiais; Educação Física.

ABSTRACT

Article of Specialization
Course of Specialization in Special Education - Cognitive Deficit
and Education of Deaf
Federal University of Santa Maria, RS, Brazil

THE INCLUSION OF STUDENTS WITH SPECIAL NEEDS IN THE PHYSICAL EDUCATION CLASS

AUTHOR: Maria Cristina Dornelles Kirinus
ADVISOR: Clarissa da Silva Oliveira
Santa Maria, ____ of _____ 2010

The physical education is an area of the knowledge that is part of the school curriculum, and as such it cannot be to the margin of the national politics of education. The intends, therefore in that study to approach the thematic of the students' inclusion with special needs in the physical education class, where they can be developed and assimilated contents, so that the student it builds your body knowledge and movement providing in that way, autonomy, pleasure and in accordance socialization your limitations, inside of a conscious practice. It is pointed out that is necessary to the physical education teacher the appropriate preparation so that it can collaborate in an efficient way and it holds with the inclusion process intended by the education.

Word-key: Inclusive education; Special Needs; Physical education.

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	06
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	08
2.1 Inclusão e seus marcos históricos.....	08
2.2 Educação Física e uma escola de qualidade	11
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	16
4 REFERÊNCIAS.....	18

1 APRESENTAÇÃO

Na trajetória da inclusão há uma grande preocupação quanto ao atendimento dos alunos com necessidades especiais, implicando em um processo de mudanças de paradigmas e de ações para se chegar a uma educação sem exclusão.

Nesse contexto, pode-se enfatizar, conforme explica Soares (2001), que a educação física na escola tematiza formas de atividades expressivas corporais como o jogo, o esporte, a dança, a ginástica, configurando uma área de conhecimento chamada de cultura do corpo. Portanto, dentre os princípios da Educação Física, com base pedagógica, tem-se a adequação à criança, ou seja, adequar o seu currículo às etapas do desenvolvimento evolutivo da criança, adaptar os conteúdos, estratégias e métodos ao nível da aprendizagem do aluno, para realizações teórico-práticas, necessidades bio-psico-fisiológicas e sociais, observando seu grau de desenvolvimento geral.

Sabendo-se que a atividade física em nosso contexto social tornou-se um bem necessário para que as pessoas tenham uma melhor qualidade de vida, independente da idade, raça, ou até mesmo deficiência de cada um. O presente estudo tem como tema “A inclusão de alunos com necessidades especiais na aula de educação física”, e tem como objetivo destacar a importância dos conhecimentos a respeito da inclusão, necessários ao professor de Educação Física, para que possa atender alunos com necessidades especiais, incluídos em um grupo de alunos de uma escola regular. Apresentam-se ainda como objetivos específicos, descrever de forma sucinta aspectos relevantes da disciplina de Educação Física na perspectiva da educação inclusiva.

De acordo com a declaração do Manifesto Mundial da Educação Física, o desenvolvimento motor está diretamente relacionado ao desenvolvimento social, afetivo e cognitivo, se esses estiverem equilibrados, os demais aspectos provavelmente também estarão.

Não há pessoas capazes totalmente, nem incapazes totalmente, há pessoas com mais ou menos condições, seja física ou intelectual, mas todos de alguma forma possuem capacidades. Não existe o melhor quando cada um faz conforme suas limitações, o que existe é o tempo de execução de cada um.

Em atividades desenvolvidas com alunos ditos “normais”, buscamos fazer com que eles adquiram habilidades que favoreçam a prática de atividades físicas, em situações lúdicas, recreativas e demais conhecimentos de vida diária envolvendo o corpo, favorecendo as questões de prazer e socialização, proporcionando sua emancipação e autonomia de acordo com suas limitações. Ao se pensar em educação inclusiva, tem-se um processo de construção do conhecimento de forma não rígida em termos de conteúdos a serem assimilados, deveriam ser feitas adaptações dos conteúdos para que o aluno construa seu conhecimento, onde haja um ambiente favorável as suas necessidades.

Considerando-se o exposto, apresenta-se o presente estudo que busca apresentar considerações a cerca da forma como o professor de Educação Física está preparado para trabalhar com o aluno com deficiência, bem como para que se possa conhecer a realidade da inclusão na área específica da Educação Física. O estudo foi desenvolvido com base bibliográfica, onde são abordados os temas relacionados à inclusão de maneira geral, bem como as questões relacionadas à prática das atividades físicas e seus benefícios para o ser humano.

Os tópicos desenvolvidos no presente estudo, estão apresentados da seguinte maneira: a primeira parte aborda a Inclusão e seus marcos históricos; na segunda, a Educação Física e uma escola de qualidade, possibilitadora da inclusão de alunos com necessidades especiais; por último, são apresentadas as considerações finais desse estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Inclusão e seus marcos históricos

O homem desde a antiguidade aprecia o belo, o perfeito e exclui o feio, os deficientes ou diferentes, que não estejam dentro dos padrões sociais e culturais do momento em que é vivido. Como consequência havia o desprezo, desrespeito e até a morte para os diferentes. Levando em conta a história da humanidade, a educação especial no Brasil, não ocorreu de forma muito diferente, passando pelas semelhantes fases que outros países passaram. Antigamente, a sociedade de modo geral, não tinha conhecimento de como tratar e atender as pessoas com deficiência, esses passavam despercebidos e eram excluídos de seus convívios. A sociedade e o governo apenas se omitiam das responsabilidades e obrigações para com essa minoria. As pessoas com deficiência eram abandonadas, eliminadas ou sacrificadas, no entanto os escravos romanos os recolhiam e posteriormente os colocavam a pedir esmolas ou a trabalhar em circos (SILUK, 2008).

Na Idade Média, com o apoio da igreja, os deficientes eram tidos como alguém que expiava um pecado ou como alguém que necessitava de caridade. Os deficientes eram protegidos ou sacrificados, sob a coerção da igreja católica. Com o cristianismo na Europa, as pessoas deficientes começaram a escapar dos maus tratos e abandono. Surgiu então o atendimento assistencial, que seriam os conventos ou igrejas. Diziam acolher os desprotegidos, infelizes, deficientes físicos e mentais (ARANHA, 2005).

Com o Feudalismo na Idade Média, surgiu o clero e este passou a observar as pessoas como imagem e semelhança de Deus, aqueles que apresentavam alguma deficiência eram associados ao demônio e conseqüentemente, tornavam-se vítimas do descaso e da marginalização.

Do século XVI em diante, surge o sistema mercantilista, se modificam as relações entre a burguesia e o estado, a igreja perde o controle em diversos setores e assim ocorre o seu enfraquecimento. Inicia-se então na idade moderna a valorização do ser humano, o homem passa a ser respeitado como um ser racional

surge nessa fase o método científico, onde há o início dos estudos abrangendo os tipos de deficiência, onde o deficiente passa a ser visto como possuidor de algo patológico, utilizando de medicamento e tratamento. Nessa fase histórica se finda a visão de misticismo a respeito do deficiente, e esse começa a ser tratado sob o aspecto médico-pedagógico (SILUK, 2008).

Chegou-se então a idade contemporânea, marcada pelas grandes guerras mundiais, Revolução Francesa, como a Industrial, marcada pela corrente filosófica iluminista, que defendia a liberdade, o progresso e o homem. A partir de então, a pessoa com deficiência passa a ser vista na sociedade como alguém capaz de produção, recebendo treinamento para exercer algumas atividades no mercado de trabalho, inspirada em experiências utilizadas na Europa e EUA. No Brasil o atendimento ao deficiente iniciou no século XIX, numa proposta de formação integral das pessoas com necessidades especiais, embora a educação ainda mantivesse o modelo de instituição segregacionista (ARANHA, 2005; SILUK, 2008).

Considerando a história da humanidade, a educação e a educação para pessoas com deficiência, todos caminham lentamente, não só no nível material, mas intelectual e social. Nesse sentido as escolas vêm apresentando a necessidade de mudanças de paradigmas em relação ao ensino-aprendizagem.

A educação nos últimos anos tem avançado no Brasil, principalmente no que se refere a alunos com necessidades especiais, destacando-se as escolas inclusivas. O Ministério da Educação, através da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) está tornando possível esta realização. O processo de inclusão não surgiu agora, ele vem de uma longa caminhada.

Pode-se citar aqui a Declaração de Salamanca (1994) que preconiza:

Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos, acomodando tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos por meio de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com a comunidade.

Esses indivíduos por muito tempo permaneceram à margem do sistema educacional, pelas suas condições físicas, mentais ou de superdotação. O governo, a sociedade, comunidade escolar vem procurando a adequar e sensibilizar todos para que a escola seja assegurada para todos, garantindo seu crescimento e aprendizagem.

Sabendo-se que paradigma significa um conjunto de idéias, valores e ações, há a necessidade de mudanças de paradigmas com relação à inclusão, pois conforme a legislação atual, o aluno com necessidades especiais, tem o direito de freqüentar e permanecer na escola regular em classes de ensino comum.

De acordo com o Decreto n.º. 6.571, de 17 de setembro de 2008, em seu artigo 1º, parágrafo 2º, consta que:

O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas. Art. 2º São objetivos do atendimento educacional especializado: I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular aos alunos referidos no art. 1º;

Com base no referido decreto, a escola inclusiva para que possa prestar atendimento educacional especializado, onde não deveria ter a exclusão, atendendo a todos os alunos sem discriminação, gera uma maior preocupação, onde envolve a aprendizagem e a permanência desses alunos na escola. Pois tendo os direitos garantidos, não indica educação de qualidade, pensando na escola como um todo, desde a acessibilidade arquitetônica, reestruturação de paradigmas de conhecimento, planejamento, envolvendo todos os segmentos escolares, para que se obtenha uma educação que permita ao cidadão inserido que receba realmente a forma de educação estabelecida legalmente, em todos os âmbitos.

De acordo com a Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), em seu art. 3º, onde trata do ensino através dos princípios de “igualdade de condições”, o que vem a ressaltar que a finalidade de uma educação inclusiva, deve favorecer a todos, independente de suas dificuldades, o acesso ao conhecimento historicamente produzido e reelaborado conforme seu tempo, para que se possam produzir novos conhecimentos, pelos sujeitos assegurados seus direitos de exercer sua plena cidadania (BRASIL, 1996).

O afastamento do deficiente das aulas de educação física são reflexos históricos até mesmo dos objetivos primeiros dessa disciplina, que era a formação do físico perfeito, do atleta, da escolha o melhor em várias práticas físicas para as quais aquele que apresentasse algum tipo de deficiência não era considerado apto.

Soares (2001) explica que o papel da educação física na escola estava relacionado ao exercício físico de homens sadios e de mulheres aptas à

maternidade. A educação física se distanciou de uma disciplina preocupada em formar cidadãos críticos, mas sim em ser um serviço de preparação física. Os conteúdos desenvolvidos eram os esportes e a ginástica, fato que ainda pode ser percebido nas aulas de educação física que aplica maior ênfase nos esportes.

Uma educação inclusiva permite através das relações interpessoais uma convivência integrada em um grupo, buscando o crescimento, interesse e desenvolvimento de todos em uma prática de cidadania com respeito aos interesses singulares. Nesse sentido, não se pode visualizar uma prática inclusiva verdadeiramente efetiva, onde não exista espaço para a prática da educação física pelas crianças com necessidades especiais.

2.2 Educação Física e uma escola de qualidade

O desafio que se apresenta para a educação física é de que dentro de qualquer processo educacional ela possa ser percebida como um componente curricular, nem mais nem menos importante que os demais, e que busque, junto com eles, fazer com que os objetivos educacionais sejam alcançados.

Segundo o Manifesto Mundial da Educação Física (FIEP, 2000, p. 35): “A Educação Física desenvolve valores como educação para a saúde; educação para o lazer; meio de promoção cultural; instrumento contra a discriminação e exclusão social; fator para a cultura da paz; meio de consciência ambiental”.

Medina (apud OLIVEIRA, 1994, 56), define Educação Física como:

A arte e a ciência do movimento humano que, através de atividades específicas, auxiliam no desenvolvimento integral dos seres humanos, renovando-os e transformando-os no sentido de sua auto-realização e em conformidade com a própria realização de uma sociedade mais justa e livre.

Dentre os princípios da Educação Física, conforme destaca Hurtado (1988), “o princípio da adequação a criança” esclarece que:

A Educação Física deve adequar os currículos às etapas do desenvolvimento evolutivo da criança e adaptar os objetivos, conteúdos, estratégias e métodos ao nível da aprendizagem, aptidões para realizações

teórico-práticas, necessidades bio-psico-fisiológicas e sociais da criança e grau de escolarização.

Baseando-se no princípio acima citado, sabe-se que a educação física em seus objetivos pedagógicos auxilia no desenvolvimento da criança em todos os seus aspectos, o que se pode constatar que a responsabilidade quando se trata de um aluno com necessidades especiais se torna maior. Alguns desses alunos podem não apresentar um bom desenvolvimento motor, ou até mesmo ter seu desenvolvimento muito comprometido, no que se refere aos movimentos, devido à falta de estímulo, compreensão, e preparo daqueles que são responsáveis por eles.

Esse trabalho de recuperação do movimento, coordenação, equilíbrio, noção espacial, esquema corporal, coordenação motora, torna-se um grande desafio, quando enfrenta dificuldades relacionadas ao aspecto emocional pelo despreparo dos profissionais, e material pela carência de infraestrutura adequada, causando desmotivação tanto por parte do aluno, quanto do professor que seja o responsável pela administração das aulas e das atividades motoras.

Para que haja uma boa integração entre professor e aluno, é importante que o professor tenha conhecimentos básicos relativos ao seu aluno como: tipo de deficiência, idade em que apareceu a deficiência, se foi repentina ou gradativa, se é transitória ou permanente, as funções e estruturas que estão prejudicadas. Implica, também, que esse educador conheça os diferentes aspectos do desenvolvimento humano: biológico (físicos, sensoriais, neurológicos); cognitivo; motor; interação social e afetivo-emocional (CIDADE; FREITAS, 1997).

Para que ocorra esse conhecimento, é fundamental, que o professor siga algumas etapas para que se estabeleça esse conhecimento. O processo deve iniciar com a análise preliminar do tipo de necessidade especial que o aluno possui, pois existem diferentes tipos e graus de limitações, requerendo procedimentos específicos. Em segundo lugar, deve averiguar se o aluno possui diagnóstico médico, ou até mesmo de uma equipe multiprofissional, desde fisioterapeuta, neurologista, psicólogo ou psicomotrista, pois se houver restrições em determinados movimentos, se não forem respeitadas as limitações, este poderão implicar em riscos para o aluno. E por último, se garantidas as condições de segurança, o professor poderá realizar adaptações, criar situações de modo a possibilitar a participação dos alunos com necessidades especiais (CIDADE, 2007).

Outro fator importante a ser mencionado, refere-se à questão do aluno com necessidades especiais que diante do grupo de colegas, muitas vezes comportam-se diferentemente, por não se sentirem à vontade diante dos demais ou quando tem a percepção que é diferente, tanto fisicamente quanto intelectualmente, retraindo-se e até ficam afastados nas atividades.

Em linhas gerais, parte-se do pressuposto que indivíduos com necessidades especiais beneficiar-se-iam do compartilhamento do processo pedagógico em contexto inclusivo, área da educação física. Entretanto, são vários os conflitos que têm sido enfrentados na concretização dos ideais da inclusão. Os problemas esbarram em diferentes níveis, pois envolvem desde a esfera governamental até a pessoal. Um aspecto que, em particular chama a atenção, diz respeito às dificuldades que particularmente têm sido enfrentadas por parte dos profissionais de educação física nesse processo (GIMENEZ, 2006).

Na área da educação física, a educação física adaptada surgiu oficialmente nos cursos de graduação através da Resolução 3/87 do Conselho Federal de Educação e que prevê a atuação do professor de educação física com o aluno que apresenta deficiência e outras necessidades especiais. Assim, muitos professores de Educação Física e hoje atuantes nas escolas não receberam em sua formação conteúdos e/ou assuntos pertinentes a educação física adaptada ou a inclusão (CIDADE, 2007).

Em classes em que tenham alunos com necessidades especiais, o professor de educação física deverá propor atividades de interação, mantendo atitudes de respeito, para que os demais alunos percebam e tomem consciência de que todos podem participar independentemente de suas limitações ou traços físicos diferenciados.

A Educação Física adaptada, de acordo com Duarte e Werner é:

[...] uma área da Educação Física que tem como objeto de estudo a motricidade humana para as pessoas com necessidades educativas especiais, adequando metodologias de ensino para o atendimento às características de cada portador de deficiência, respeitando suas diferenças individuais (1995, p. 9).

Levando-se em conta a diversidade dos alunos, deve-se cada vez mais valorizar as características individuais, suas experiências, conhecimentos, como um recurso valioso de crescimento, ou seja, partir daquilo que se tem e do seu limite na

busca de um contexto maior, isto é, levar o aluno ao crescimento e à participação na sociedade com mais autonomia. Com isso, a prática das atividades físicas, não se tornará um obstáculo, o aluno não se sentirá inferior, ou incapaz, e a aula de educação física será diferente, produtiva, proporcionando um momento de crescimento tanto individual como de grupo.

Para Cidade e Freitas (1997), a Educação Física na escola pode representar uma área bastante ampla e favorável à inclusão e adaptação ao permitir, a participação de crianças e jovens em atividades físicas adequadas às suas possibilidades, proporcionando que sejam valorizados e se integrem num mesmo contexto, de maneira prazerosa e lúdica. O programa de Educação Física quando adaptada ao aluno com deficiência, possibilita ao mesmo tempo a compreensão de suas limitações e capacidades, auxiliando-o na busca de uma melhor adaptação.

Pedrinelli (1994, p. 10), ressalta que "[...]todo o programa deve conter desafios a todos os alunos, permitir a participação de todos, respeitar suas limitações, promover autonomia e enfatizar o potencial no domínio motor". Assim, o educador deve ter habilidade para selecionar a atividade em função do comprometimento motor, idade cronológica e desenvolvimento intelectual.

De acordo com Zimerman (2000, p. 35):

O segredo de viver é aprender a conviver com as limitações. Aceitar e lutar para que esses problemas sejam diminuídos. Isso pode ocorrer em consequência de um estilo de vida, com exercícios físicos, caminhadas, natação, dança, exercícios de memórias boa alimentação, participação em grupos, dando assim a liberdade de assumir novas ocupações e responsabilidades.

Analisando as diferenças, como por exemplo, as corporais, musculares, fisiológicas ou de raça, sabe-se que elas existem, porém muitas vezes os preconceitos a respeito delas, são trazidas de um contexto social, cultural e familiar, e não são necessariamente criadas nas escolas, pois as diferentes habilidades e capacidades individuais, isso que tornam os seres únicos, independente de que ambiente se originem.

Em uma aula de educação física, para ser produtiva deverá se aproveitar todas as diferenças, pois as atividades físicas trazem benefícios em amplos aspectos para o ser humano, e principalmente para a criança, transformando-a, reeducando-a, e ainda auxiliando o desenvolvimento do seu crescimento global.

Para Osório (2000, p. 45), aprender a conviver,

[...] é o desafio do novo milênio, quer no plano das comunidades em que habitamos, quer no das nações a que pertencemos. O prazer da convivência e a prática da solidariedade são o passaporte para a melhor qualidade de vida a qual todos aspiramos.

O movimento corporal e natural dos seres se constitui em uma forma de linguagem com a qual o homem se comunica, expressa seus desejos, sentimentos e vivência, que pode facilitar uma integração sob todos os aspectos, afetivos, cognitivos e emocionais, possibilitando uma maior interação com o ambiente e com os demais. O aluno ao movimentar-se constrói o pensamento de forma independente, descobrindo e desenvolvendo suas potencialidades, tornando-se mais confiante de si.

Até pouco tempo sabe-se que o aluno com necessidades especiais, ou seja, com deficiência intelectual, física ou sensorial, não participava diretamente das atividades das aulas de educação física sendo, que a sua participação limitava-se a realização de algum tipo de tarefa para serem desenvolvidas em casa, através de desenhos ou similares, sem haver a sua inclusão nas atividades físicas, que comprovadamente são importantes não somente na inclusão, mas no desenvolvimento geral do educando.

Portanto, as atividades nas aulas de educação física, contribuem para a construção da identidade do indivíduo, que se movimenta, controla seus gestos e se relaciona com os demais, despertando o respeito e a autoestima no aluno com necessidades especiais. Essa interação através da convivência com os demais favorece mudanças de atitudes, e aquisição de novos valores.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar esse estudo, ressalta-se que o processo de inclusão de um aluno com necessidades especiais em uma aula de educação física deve ser considerado como um processo gradativo, onde deverá ser utilizado de toda a criatividade e empenho do professor para que possa atender as necessidades e limitações do aluno.

Para o profissional da educação física, essa área da educação apresenta-se ainda como um desafio, pois embora sabedor de que o movimento e a atividade física promovem benefícios ilimitados ao desenvolvimento do ser, tem-se que adaptar as atividades buscando os reais benefícios do aluno dependendo de suas condições físicas e de compreensão.

Entende-se que todo o profissional da educação deve estar preparado, ou buscar essa preparação, para possibilitar novas vivências para o desenvolvimento integral de seus alunos, independente de serem ou não alunos com necessidades especiais, oferecer uma educação de qualidade para todos. É na escola em que todos os alunos, são aceitos, acolhidos e atendidos. É esse o local onde se ensina não apenas os conteúdos pré-estabelecidos, mas que contribui na formação de pessoas capazes de conviver em um mundo cujas exigências estão além de sua sala de aula, envolvendo a todos, diante de um desafio que passa a ser constante tendo o homem como sujeito desse processo.

Nesta nova situação, a inclusão, é preciso considerar as peculiaridades do educando, para o desenvolvimento de estratégias adequadas a serem utilizadas. Assim, destaca-se que o professor de Educação Física deverá ser capaz de conhecer a necessidade, os interesses e as possibilidades de cada aluno e de cada grupo com que trabalha.

Ressalta-se que existe uma infinidade de fatores que podem influenciar na aprendizagem de alunos com deficiência, destacando-se entre elas as características das tarefas motoras propostas. Considerando-se que não existe nenhum método ideal ou perfeito da educação física que se aplique no processo de inclusão, caberá ao professor saber combinar os procedimentos adequados para

remover barreiras e promover a aprendizagem de forma prazerosa e saudável para os seus alunos.

4 REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Projeto Escola Viva: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos** / Maria Salete Fábio Aranha. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/visaohistorica.pdf>>. Acesso em 01 maio 2010.

BRASIL. **Decreto n.º 6.571, de 17 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto no 6.253, de 13 de novembro de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6571>. Acesso em 01 maio 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. **Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 01 maio 2010.

BRASIL. **Resolução n.º 03, de 16 de junho de 1987**. Currículo Mínimo de Educação Física. Conselho Federal de Educação. Brasília, 1987.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC, 1998.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB 2/2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção 1E, p. 39-40. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201>>. Acesso em: 01 maio 2010.

BRASIL. **Referencial curricular nacional para a educação infantil: estratégias e orientações para a educação de crianças com necessidades educacionais especiais**. /Ministério da Educação – Brasília: MEC, 2000.

CIDADE, Ruth Eugênia. **Educação física e inclusão**: considerações para a prática pedagógica na escola. (2007). Disponível em: <<http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/sobama/sobamaorg/inclusao.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2010.

CIDADE, R. E. ; FREITAS, P. S. **Noções sobre Educação Física e Esporte para Pessoas Portadoras de deficiência**. Uberlândia, 1997.

DECLARAÇÃO de Salamanca. **Conferência mundial sobre necessidades educativas especiais**. Acesso e Qualidade. Salamanca, Espanha, 1994.

DUARTE, E.; WERNER, T. Conhecendo um pouco mais sobre as deficiências. In: **Curso de atividade física e desportiva para pessoas portadoras de deficiência: educação à distância**. Rio de Janeiro: ABT: UGF, 1995, v. 3.

FIEP. **Manifesto mundial de educação física da Federação Internacional de Educação Física**. Foz do Iguaçu, PR: Janeiro/2000. Disponível em: <http://www.fiepbrasil.org/index.asp?c=manifestomundial_c9>. Acesso em: 01 abril 2010.

GIMENEZ, Roberto. **A inclusão de indivíduos portadores de necessidades especiais nas aulas regulares de educação física**: repensando sobre a prática. Buenos Aires - Año 11 - N° 98 - Julio de 2006. Disponível em: <[http://www.efdeportes.com/Revista Digital -](http://www.efdeportes.com/Revista_Digital_-)>. Acesso em: 01 abril 2010.

HURTADO, Joann G. G. Melcherts. **O ensino da educação física**: uma abordagem didático-metodológica. 3. ed. Porto Alegre: Prodil, 1988.

OLIVEIRA, Vitor Marinho de. **Consenso e conflito da educação física brasileira**. Campinas: Papirus, 1994. Disponível em: <<http://www.efmuzambinho.org.br/manifesto/manifesto70.htm>>. Acesso em: 20 abr. 2010.

OSORIO, L. C. **Grupos, Teorias e Práticas**: acessando a era da grupalidade. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

PEDRINELLI, V. J. Educação Física Adaptada: Conceituação e Terminologia. In: **Educação Física e esporte para pessoas portadoras de deficiência**. Brasília: MEC-SEDES, SESI-DN, 1994, p. 7-10.

SILUK, Cláudia Pavão. et al. **Curso de especialização à distância em educação especial**: déficit cognitivo e educação de surdos. Módulo I. Santa Maria: UFSM, CE, 2008.

SOARES, C. **Educação Física**: raízes européias e Brasil. São Paulo: Autores Associados, 2001.

ZIMERMAN, G. I. **Velhice**: aspectos biopsicossociais. Porto Alegre (RS): Artmed: 2000.